

# UMA PERCEPÇÃO SOBRE A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM DEFESA DO MODELO CÍVICO-MILITAR

## A PERCEPTION ABOUT THE QUALITY OF PUBLIC EDUCATION IN DEFENSE OF THE CIVIC-MILITARY MODEL

Claudio Sales Barbosa<sup>1</sup>

Allison José dos Santos<sup>2</sup>

José Marcos de Medeiros<sup>3</sup>

Cícera Maria do Carmo da Silva Lira<sup>4</sup>

Manuela Pontual Brotherhood Araujo<sup>5</sup>

Márcia Sueli Ferreira Silva<sup>6</sup>

1 Especialista MBA em Gestão Pública pela UFF – RJ. Graduado em Secretariado Executivo pela UNIFACEX. Subcoordenador Regional – Nordeste - no PECIM. Militar, Brasil

2 Especialista em Psicopedagogia pela FAJOLCA. Pedagogo. Professor da Rede de Ensino do Jaboatão dos Guararapes, PE, Brasil

3 Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade Francis Xavier. Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Francis Xavier, Pós-Graduado em Gestão de Pessoas e Planejamento Escolar pela FACOL, Pedagogo pela UVA, Professor da Rede Municipal de Ensino dos Municípios de Passira/PE e Limoeiro/PE. Chefe da Inspeção Escolar do Município de Passira, PE, Brasil

4 Pós-graduação pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Professora da Prefeitura Municipal de Gravatá, PE, Brasil

5 Mestranda em Educação e suas multidisciplinaridades. Especialista em Auditoria em sistemas de saúde pela FG, ambas pela Faculdade Guararapes. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE - Campus Recife, PE, Brasil

6 Especialista em Metodologia do Ensino da Matemática e da Física pela UNINTER. Assistente Administrativo Educacional da Prefeitura Municipal de Gravatá, PE, Brasil

**Resumo:** O presente estudo propõe uma análise da percepção docente, gestora e familiar sobre a parceria dos órgãos militares com a escola pública para melhoraria da qualidade da educação básica em defesa do modelo cívico-militar. O objetivo desta pesquisa é analisar a percepção docente, gestora e familiar sobre a contribuição do modelo educacional cívico-militar para a melhoria da qualidade da educação básica, com ênfase no acesso, na permanência e na aprendizagem. A metodologia aplicada foi uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa e quantitativa, exploratória, descritiva e de campo. A amostra foi composta por 13 gestores, 30 professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio, e 21 pais de uma cidade da região metropolitana do Recife/PE, dos quais foram submetidos a responder um questionário eletrônico.

Constatou-se neste estudo que os gestores, professores e pais concordam que o modelo educacional cívico-militar contribui para a melhoria do comportamento dos alunos no ambiente familiar, escolar e social, concordam que a parceria dos órgãos militares com a escola pública contribui para melhoraria da qualidade da educação básica com ênfase no acesso, na permanência e na aprendizagem, e encaram a parceria com positividade e credibilidade, sobretudo, quando se trata da segurança da comunidade escolar, indisciplina, combate às drogas e redução da violência. Conclui-se que o modelo educacional cívico-militar pode promover valores morais, cívicos, pode melhorar o desempenho dos alunos e promover melhoria da qualidade da educação básica em escolas públicas.

**Palavras-chave:** Cívico-militar. Desempenho Escolar. Educação de qualidade.

**Abstract:** This study proposes an analysis of the perception of teachers, managers and families about the partnership between military bodies and public schools to improve the quality of basic education in defense of the civic-military model. The objective of this research is to analyze the perception of teachers, managers and families about the contribution of the civic-military educational model to improve the quality of basic education, with an emphasis on access, permanence and learning. The methodology applied was a basic research, with a qualitative and quantitative approach, exploratory, descriptive and field. The sample consisted of 13 managers, 30 elementary and high school

teachers, and 21 parents from a city in the metropolitan region of Recife/PE, who were submitted to answer an electronic questionnaire. It was found in this study that managers, teachers and parents agree that the civic-military educational model contributes to improving the behavior of students in the family, school and social environment, they agree that the partnership of Organs military bodies with the public school contributes to improving the quality of basic education with emphasis on access, permanence and learning, and face the partnership with positivity and credibility, especially when it comes to the safety of the school community, indiscipline, fighting drugs and reducing violence. It is concluded that the civic-military educational model can promote moral, civic values, can improve student performance and impro-

ve the quality of basic education in public schools.

**Keywords:** Civic-military. School performance. Quality education.

## INTRODUÇÃO

Recentemente, o Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA), realizado com o propósito de avaliar o desempenho escolar de diversos países, mostra que o Brasil ainda precisa dar passos largos junto a uma educação de qualidade. Desta feita, na última edição do PISA, aplicado em 2018, realizada com escolas de setenta países, o Brasil obteve a 59<sup>a</sup> colocação em leitura, e ficou entre os dez últimos nas categorias de Matemática e Ciências, o que tem sido preocupante para o País. Neste triste cenário o país também tem

liderado a violência nos ambientes escolares com mais de 12,5% de vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE, 2013).

É perceptível que o baixo rendimento escolar de alunos das escolas públicas se verifica na erosão de três elementos básicos, mas essenciais: Ordem, disciplina e tempo útil (SILVA-FILHO e ARAÚJO, 2017). Esses são nutrientes indispensáveis para que o solo escolar possa resgatar a força e capilaridade de irrigação para a semeadura do conhecimento que produzirá bons frutos; neste caso, o desenvolvimento de capacidades que lhes serão cobradas fora dos muros da escola. Onde as pessoas precisam ser mais capazes, mais bem formadas e informadas, e aptas a conquistar seus espaços num

mundo competitivo e em constante transformação.

Nessa dimensão o Ensino Cívico-Militar (ECIM) se coloca como proposta de restabelecimento dessa ordem perdida, e minimamente necessária à transmissão e discussão dos conteúdos escolares. A autoridade, e não autoritarismo, do professor precisa ser resgatada e valorizada. O espaço, ou o solo escolar, precisa voltar a ser sagrado e respeitado como a base e o ponto de partida para construção e interação produtora entre alunos e professores. O resultado será a formação de mais indivíduos conscientes da importância de uma educação de qualidade para todos, que é o esteio de uma sociedade livre, próspera, democrática e com menos desigualdades sociais (BRASIL, 2019). Partindo dessas premissas, este estudo busca respondera seguin-

te problemática: qual a percepção docente, gestora e familiar sobre a contribuição do modelo educacional cívico-militar para a melhoria da qualidade da educação básica?

Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a percepção docente, gestora e familiar sobre a contribuição do modelo educacional cívico-militar para a melhoria da qualidade da educação básica, com ênfase no acesso, na permanência e na aprendizagem, realizada em duas escolas públicas da Região Metropolitana do Recife, Pernambuco.

## **ASPECTOS CONCEITUAIS DO MODELO EDUCACIONAL CÍVICO-MILITAR, MILITAR E DAS ESCOLAS PÚBLICAS**

Atualmente, no Brasil

existem diferentes padrões de escolas, dentre elas estão presentes, as escolas públicas federais, estaduais e municipais, as particulares, as militares e as recentes cívico-militares. Entretanto, as escolas públicas estão em maior número no Brasil, e atualmente, atendem 73,5% das crianças e adolescentes (IBGE, 2016). O conceito de educação pública e seu papel na sociedade vêm sendo construído ao longo da história. A concepção atual de escola pública origina-se por volta dos anos de 1932, a partir da publicação do documento chamado “Manifesto dos Pioneiros”<sup>1</sup> da Escola/Educação Nova. Por se tratar da educação pública, ela necessita ser balizada pelos princípios

<sup>1</sup> Refere-se a um documento escrito por 26 educadores, em 1932, com o título “A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”. Circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação.

da democracia, da igualdade, da universalidade e da laicidade, ou seja, as escolas públicas são instituições que devem proporcionar a educação de forma que seja para todos e atendam toda a diversidade, sem olhar raça, condição financeira ou religião (RIBEIRO, 1993). Se mediante a prática ocorra atitudes que venha ferir a estes princípios, a sociedade terá o direito de acionar o poder público para que intervenha no seu cumprimento mediante a lei que diz que a educação é direito de todos e para todos.

Embora a dinâmica de democratização do ensino, acesso, qualidade do processo de ensino-aprendizagem, e estratégias de permanência do aluno no ambiente escolar, as escolas públicas sofrem devido a carência de investimentos de recursos humanos, estrutural, tecnológico e pedagógico, que é a cargo de

estados e municípios. Essa falta de recursos e condições necessárias para que ocorra um ensino eficaz capaz de resultar em uma educação de qualidade compromete as condições que os professores se colocam para lecionar e dos alunos para aprender. Portanto, discutir legislação, políticas e gestão da educação básica é um desafio para todas desde a comunidade escolar, tais como: gestor, professor, estudantes e funcionários, como também para a família e comunidade local quando se refere ao direito à educação, a qualidade do ensino e escola para todos, visando a formação integral do estudante como sujeito cidadão.

Quanto aos colégios militares, estes totalizam 13 unidades no Brasil e estão distribuídos em 11 estados brasileiros, sendo o Colégio Militar do Rio de Janeiro o primeiro a ser fundado

em 1889 e o Colégio Militar de Belém o mais recente, com fundação em 2015. Os colégios militares formam o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) que é constituído por alunos, professores civis e militares, militares do Exército que desempenham diferentes funções (administrativas, orçamentárias, aprovisionamento, licitações, monitores escolares, dentre outras) e militares de outras forças (Marinha, Aeronáutica).

De acordo com o Regulamento dos Colégios Militares (R-69), os colégios são “organizações militares que funcionam como estabelecimentos de ensino de educação básica”. Posto que, também segundo o documento, têm o objetivo de capacitar os alunos para ingressar em estabelecimentos de ensino militares, como as escolas de cadete (EXÉRCITO BRASILEIRO,

2011).

As escolas públicas cívico-militares possuem uma natureza diferente, pois estão sob a responsabilidade das secretarias estaduais ou municipais de educação e, normalmente, funcionam num sistema da gestão compartilhada entre militares e educadores. Desta forma, as escolas públicas estaduais/municipais são aquelas que inicialmente eram geridas pela Secretaria de Educação Competente e, posteriormente, passaram a compartilhar a gestão da escola com a Polícia Militar, tornando-se cívico-militares.

No Brasil, o atual governo implementou o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), instituído pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 (BRASIL, 2019a).

De acordo com o PECIM, os militares serão colabo-

radores com a finalidade de atuar como agentes monitores para auxiliar na gestão educacional e administrativa. Os militares irão atuar como monitores, no qual acompanharão a vida dos alunos e farão contato com as famílias, além de monitorar o nível de vulnerabilidade de cada estudante. Os professores, neste contexto, serão os civis, com a responsabilidade de gerenciar a estrutura organizacional tanto do ponto de vista didático quanto pedagógica, assim como gerenciar a situação financeira (BRASIL, 2019a).

Dentro do PECIM apresentam como proposta o “modelo de excelência”, que vai abranger as áreas: didático-pedagógica, com atividades de supervisão escolar e psicopedagogia para melhorar o processo de ensino-aprendizagem preservando as atribuições exclusivas dos docentes; educacional, no qual preten-



de fortalecer os valores humanos, éticos e morais bem como incentivar a formação integral como cidadão e promover a sensação de pertencimento no ambiente escolar; e administrativa, para aprimorar a infraestrutura e a organização da escola para aprimorar a utilização de recursos disponíveis na unidade escolar (BRASIL, 2019a).

Em suma os aspectos de gestão e coordenação são as principais diferenças entre os Colégios Militares e as escolas públicas militarizadas. Assim, percebe-se que as unidades escolares do sistema público militarizados são submetidas à responsabilidade das secretarias estaduais ou municipais de educação e, normalmente, funcionam num sistema da gestão compartilhada entre militares e educadores, enquanto os Colégios Militares são organizações militares que

funcionam como estabelecimentos de ensino de educação básica. No entanto, ambos possuem regimentos e normativas que valorizam a disciplina, ordem, hierarquia e promoção de valores morais e patriotas.

### **NARRATIVAS PARA A TRANSFORMAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM ESCOLAS PÚBLICAS CÍVICO-MILITARES**

A escola tem por função transmitir o conhecimento preocupando-se com a formação intelectual do aluno e, além disso, deve participar da construção moral e ética dos estudantes, no qual deve-se apresentar como modeladora de condutas (LEAL, 2009). Desta forma, a escola aparece com a função de preparar o aluno para o mundo, seguindo os valores ensinados que são trans-

mitidos pela instituição. Machado (2006, p. 33) pontua que:

Uma educação alicerçada em valores é condição para a existência de uma formação plena. Os valores correspondem à herança cultural a ser conservada e sustentam os projetos educacionais: “projetos estão para transformações assim como valores estão para as conservações”, ou seja, os projetos adequam a escola para manter a educação em conformidade com as mudanças sociais e assim acompanhar a evolução da sociedade, sem esquecer de conservar os valores fundamentais que alicerçam os projetos, especialmente no preparo para cidadania (MACHADO, 2006, p. 33).

Os colégios cívico-militares são uma ponte entre setores militares e civis, despontando como uma forma de aproximação entre ambos, fazendo com que os ideais e valores como: patriotismo, civismo e disciplina, defendidos pelo exército sejam disseminados.

A criação de escolas públicas que contam com a administração de intuições militares, como Corpo de Bombeiros e/ou pela Polícia Militar, não é um acontecimento recente e tão pouco insignificante no âmbito educacional brasileiro (BRASIL, 2019a). Os primeiros Estados que estabeleceram essa parceria e depois se consolidaram na fundação dos colégios da polícia militar foram o estado da Bahia em 1957, Paraná em 1959 e Pernambuco em 1966.

Atualmente, a maioria dos estados brasileiros possuem

colégios administrados pelo Exército, Corpo de Bombeiros e/ou pela Polícia Militar, sendo que todos são formalmente definidos como escolas públicas. Dados apontam que de 2014 a 2018 houve um rápido aumento do número de escolas cívico-militares instaladas em 14 estados brasileiros, que foi de 39 para 122 unidades. As regiões que apresentaram crescimento mais expressivo foram: região Norte e Centro-Oeste, com crescimento de 212% em cinco anos (CAMPOREZ, 2018). Esta rápida expansão das escolas cívico-militares no Brasil é justificada pelos bons e concretos resultados alcançados nos índices de avaliação de rendimento da educação aplicados pelo governo como, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O maior exemplo concreto é o Estado de Goiás, onde,

das dez escolas estaduais mais bem colocadas no ENEM de 2017, seis eram militares. Ainda no estado goiano, em Anápolis, em apenas dez anos, o IDEB do Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Dr. Cezar Toledo saltou de 4.7 para 7.5, entre 2007 e 2017 (AGUIAR, 2019). Vale ressaltar que no ano de 2015, das 10 melhores escolas públicas do Estado de Goiás, seis são militares. Já no Estado da Bahia no ano de 2015, das 20 melhores escolas públicas, 11 são militares, contando com quatro das cinco primeiras posições (PUREZA, 2018).

Também se destaca a experiência do Colégio Waldocke Fricke de Lyra, em Manaus-AM. Localizado em Tarumã, considerado bairro perigoso, e com alto e crescente índice de criminalidade nas escolas, onde drogas e armas brancas faziam parte do

cotidiano das pessoas. O índice de reprovação apresentado pela escola era superior a 15%. Além disso, o colégio permanecia nas últimas posições em relação ao IDEB.

Com a gestão militar, o estabelecimento não só se tornou um lugar seguro, como duplicou suas médias no IDEB. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), a média passou de 3,3 para 7,7. Nos anos finais (6º ao 9º ano), foi de 3,1 para 6,0. O índice de reprovação, de 15,2% em 2012, foi zerado no ano de 2014 e os alunos começaram a ganhar títulos em disputas escolares, como a Olimpíada Brasileira de Matemática. Hoje, o colégio Mauara é uma referência nacional (PUREZA, 2018).

Fica claro que após a implementação do modelo de escolas cívico-militares houve redução da violência dentro da escola

e em seus arredores, tornando-a um ambiente seguro e organizado para todos, principalmente alunos e professores. Rêses e Paulo (2019, p. 1) que relatam:

Os colégios da polícia militar do Estado de Goiás atendem estudantes da Educação Básica e são frutos de uma parceria entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública, iniciada em 1999 na cidade de Goiânia. Outras escolas de regiões periféricas e com alto índice de criminalidade receberam a implantação da militarização. Este texto apresenta uma pesquisa num colégio estadual de Valparaíso de Goiás com o objetivo de saber a posição de docentes acerca deste modelo de gestão escolar [...]. Os resultados apresentaram a aprovação do

modelo, enfatizando a valorização da hierarquia para o respeito, a disciplina para a efetividade das aulas e o controle sobre posturas e comportamentos de estudantes no ambiente escolar (RÊSES E PAULO 2019, p. 1).

Os resultados obtidos na pesquisa de Rêses e Paulo (2019) são referentes à escola Fernando Pessoa em Valparaíso – GO depois da implantação da escola cívico-militar, no entanto, vamos à situação que a escola se encontrava em 2014 antes da participação da Polícia Militar em sua gestão/administração. Segundo Mendonça (2014, online) “No portão de entrada, o sequestro relâmpago de uma professora; na sala de aula, o assassinato de um ex-aluno, além de violência física e verbal entre alunos e contra

professores; no banheiro, tráfico de drogas: esse era o retrato da escola”.

Para combatê-los, o Governo goiano, por meio de decreto, militarizou a escola Fernando Pessoa, assim como outras 11 da rede estadual, resultado de parceria entre as Secretarias de Educação e Segurança. Em pouco tempo, resultou em uma diminuição acentuada da violência dentro e aos arredores da escola, além da mudança de atitudes e da aquisição de novos hábitos pelos alunos. Ao currículo regular da escola, os militares adicionaram à grade aulas de música, cidadania, educação física militar, ordem unida, prevenção às drogas e Constituição Federal (MENDONÇA, 2014, online).

## MATERIAIS E MÉTODOS

### População e amostra



O estudo trata-se de uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa e quantitativa, exploratória, descritiva e de campo. A pesquisa foi realizada em duas escolas públicas, sendo uma municipal e a outra estadual ambas localizadas no município de Ipojuca, Região Metropolitana do Recife, Pernambuco. A amostra foi composta por 13 gestores, 30 professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio, e 21 pais de uma cidade da região metropolitana do Recife/PE, dos quais foram submetidos a responder um questionário eletrônico. Os critérios utilizados na escolha dos participantes foram: gestores que atuam em escolas públicas da rede de ensino municipal e estadual com atuação na gestão escolar com mais de 2 anos, professores da rede de ensino municipal e estadual que atuam no

ensino fundamental anos finais e médio com tempo mínimo de atuação de 1 ano. E para os pais, o critério de escolha obedeceu a indicação da gestão, onde seria pais alfabetizados e considerados atuantes na vida escolar do(a) filho(a).

### **Instrumentos de coleta de dados**

Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram 3 (três) questionários eletrônicos desenvolvidos no Google forms, sendo 1 (um) questionário atribuído aos gestores, 1 (um) questionário atribuído aos professores e 1 (um) questionário atribuído aos pais/responsáveis.

### **Procedimentos metodológicos**

Para coleta de dados participaram 13 gestores, 30 pro-

fessores do Ensino Fundamental e Ensino Médio, e 21 pais, dos quais foram submetidos a responder os questionários, no qual o pesquisador entrou em contato com a direção da escola para obter a anuência da gestão escolar, esclarecendo a contribuição do estudo para a comunidade acadêmica, profissional e civil. A partir do primeiro contato e a autorização da gestão, foi explicado o objetivo da pesquisa, relatando informações sobre o sigilo total, sobretudo, o livre-arbítrio em optar pela participação ou não na pesquisa. Posteriormente, os links para obter as respostas dos gestores, professores e pais, foram enviados via WhatsApp e E-mail para a direção da escola, em que mobilizou os professores e pais para participar do estudo. Em seguida, a gestão da escola encaminhou os questionários eletrônicos para os professores e

pais responder. No questionário eletrônico, além das perguntas abertas e fechadas, seguiu para o grupo de gestores a autorização para coletar os dados, e para os professores e pais seguiu um link contendo o questionário, junto com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eletrônico, para que antes das coletas de dados todos os sujeitos avaliados preenchessem o campo, autorizando e consentindo na participação do estudo.

### **Análise dos dados**

Os dados quantitativos foram tratados estatisticamente pelo programa PRISMA para Windows – Versão 4.03. Os dados foram analisados pelo teste Qui-quadrado, com  $p < 0,05$ , expressos em percentuais. E os dados referentes à avaliação qualitativa foram realizados através

da análise de conteúdo baseado em Bardin (1977), com dados representados qualitativamente e expressos em um quadro.

De acordo com Caregnato e Mutti (2006, p. 683) na análise de conteúdo “o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem”. Isto é, trabalha-se com o conteúdo, visando a materialidade linguística por meio das qualidades empíricas do texto, estabelecendo um conjunto de categorias para realização da interpretação. Dessa forma, o que se visa na análise de conteúdo é compreender o pensamento do entrevistado por meio do conteúdo promulgado no texto, com uma linguagem compreensível e transparente.

Caregnato e Mutti

(2006, p. 683) ressaltam ainda que:

A técnica de AC, se compõe de três grandes etapas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados e interpretação.<sup>1</sup> A mencionada autora descreve a primeira etapa como a fase de organização, que pode utilizar vários procedimentos, tais como: leitura flutuante, hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação. Na segunda etapa os dados são codificados a partir das unidades de registro. Na última etapa se faz a categorização, que consiste na classificação dos elementos segundo suas semelhanças e por diferenciação, com posterior reagrupamento, em função de características



comuns. Portanto, a codificação e a categorização fazem parte da AC.

Dessa forma, a análise de conteúdo, ocorre por meio do método de análise por categorias temáticas, indicadores e significações.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo buscou reali-

zar um levantamento sobre a percepção docente, gestora e familiar da rede municipal e estadual de ensino em uma cidade da Região Metropolitana do Recife/PE. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa de campo em escolas da rede pública de ensino municipal e estadual da Região Metropolitana do Recife, Pernambuco. No entanto, foi possível avaliar como tais agentes percebem uma escola baseada no modelo militar e cívico militar (Quadro 1).

**Quadro 1.** Percepção dos gestores, professores e pais sobre o modelo educacional militar e cívico-militar.

Questão	Gestores	Professores	Pais
Como você percebe uma escola militar?	<p>“Com alto nível de disciplina e respeito”.</p> <p>“A direção e administração são exercidas por oficiais”.</p> <p>“Uma escola com padrões e normas”</p> <p>“Uma escola que desempenha as tarefas diretivas e administrativas com ordem”.</p> <p>“Controlada exclusivamente por militares”.</p> <p>“Unidade com gerência do poder militar”.</p> <p>“Uma escola com rigor na obediência e na disciplina”</p> <p>“Regras autoritárias”</p>	<p>“Oferece melhor infraestrutura, material didático, relação aluno-professor, respeito e ordem”.</p> <p>“A escola trabalha com disciplina e regras militares”.</p> <p>“Um ambiente educacional cuja intenção seja formar cidadãos conscientes de seu papel social na busca do fortalecimento dos valores humanos, éticos e morais”.</p> <p>“Escola que tem disciplina”.</p> <p>“Com uma estrutura e ambiente mais segura”.</p> <p>“Uma escola com uma estrutura adequada para o dia a dia escolar, o desenvolvimento do aluno e do corpo docente”.</p> <p>“Escola que segue regime militar”.</p>	<p>“Com ordem, respeito e disciplina”.</p> <p>“Escolas monitoradas por militares”.</p> <p>“Entendo como uma educação com disciplina e respeito, mostrando os papéis dos três poderes que lidera nosso país”.</p> <p>“Uma escola com regras mais rígidas e mais comprometimento”.</p> <p>“Modelo mais rígido e mais preparativo”.</p>

Como você percebe uma escola cívico-militar?	<p>“Um modelo que integra uma parceria entre órgãos militares e comunidade civil para melhoraria da educação”.</p> <p>“Os militares atuam no apoio à gestão escolar e a gestão educacional”.</p> <p>“A mesclagem das duas realidades”.</p>	<p>“Um ótimo modelo para haver mudança na aprendizagem do aluno e também ordem e respeito ao profissional de educação”.</p> <p>“Modelo trabalha os valores morais, cívicos e éticos.”.</p> <p>“Baseado nos pilares militares (Hierarquia e Disciplina) e respeito”.</p> <p>“Aquela que segue os parâmetros de um escola "normal", mas com regras dos militares”.</p> <p>“Com democracia, mas com algumas diretrizes militares”.</p> <p>“Um modelo onde a organização e os valores militares sirvam de base para o desenvolvimento de toda comunidade através do âmbito escolar”.</p> <p>“Uma escola que apresenta uma gestão escolar compartilhada, entre educadores e militares”.</p> <p>“Disciplinada”.</p>	<p>“Um estudo mais eficiente”.</p> <p>“Com mais firmeza, e mais recursos”.</p> <p>“Disciplina, respeito e foco no aprendizado”.</p> <p>“Com um bom ensino, respeito à hierarquia e suas responsabilidades”.</p> <p>“Uma escola mais aberta, mas com suas regras”.</p>
--	--	---	---

Fonte: Própria do Autor.

Estudo realizado com 21 pais, 13 gestores e 30 professores de duas escolas públicas da rede estadual e municipal da Região Metropolitana do Recife/PE.

Fonte: Própria do Autor.

Contudo, foi possível perceber que tanto os gestores, professores e pais entendem a escola baseada no modelo militar como uma instituição de ordem, regras e disciplinas geridas por oficiais com ênfase nos aspectos administrativos, formação de valores humanos, éticos e morais, além da percepção sobre segurança no ambiente escolar. Já os gestores que não compreendem parecem entender o modelo militar com uma dimensão auto-

ritarista. Talvez essa percepção esteja ligada à pouca compreensão, a qual não foi percebida por professores e pais.

Percebe-se nitidamente que os entrevistados enxergam o modelo militar distante da dimensão pedagógica do processo de ensino e aprendizagem praticado em escolas públicas, em virtude dos atributos e vantagens que o modelo militar oferece. Isto é, do ponto de vista pedagógico, o modelo educacional militar

proporciona um currículo estruturado e orientado por valores e tradições, tendo como meta possibilitar que o aluno incorpore valores familiares e patrióticos, bem como formar jovens autônomos, criativos e aptos para lidar com as demandas profissionais do mercado de trabalho que enfrentarão.

Diante do exposto, a proposta pedagógica do ensino nos Colégios Militares é ter o aluno no centro do processo de ensino e aprendizagem bem como desenvolver atitudes intrapessoais que visam à incorporação de valores e atributos inerentes ao ensino militar, assegurando a formação de um cidadão patriota, conscientes de seus deveres, direitos, responsabilidades e preparados para a vida acadêmica, social e profissional (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2011). O cenário apresentado nas respostas dos entrevistados

sobre o ensino militar pode ser legitimado e demonstrado nas seguintes expressões e palavras-chaves: ordem, disciplina, segurança no ambiente escolar, respeito, fortalecimento de valores, modelo organizacional, regras, comprometimento, valorização do professor, gestão pedagógica eficiente, foco na aprendizagem, cidadãos conscientes, papel social, desenvolvimento pessoal e comunitário, dentre outros.

Ao indagar os gestores, professores e pais em relação à percepção de uma escola com modelo cívico-militar, contatou-se que ambos entendem o modelo de forma democrática, como uma ação que integra uma parceria entre órgãos militares e comunidade civil para melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

Assim, as escolas cívico-militares contribuirão para

o desenvolvimento intelectual e social dos alunos, formando não apenas pessoas instruídas no aspecto acadêmico, mas também cidadãos com formação humana e cívica, suprimindo a demanda social por educação de qualidade e excelência (SILVA-FILHO e ARAÚJO, 2017). O cenário apresentado nas respostas dos entrevistados sobre o ensino cívico-militar também pode ser legitimado e demonstrado nas seguintes expressões e palavras-

-chaves: integração, apoio à gestão escolar e educacional, ordem, disciplina, segurança no ambiente escolar, respeito, fortalecimento de valores, regras, eficiência, valorização do professor, comprometimento, gestão pedagógica eficiente, foco na aprendizagem, cidadãos conscientes, papel social, ética, desenvolvimento pessoal e comunitário, democracia, dentre outros.

**Quadro 2.** Percepção dos gestores, professores e pais sobre a parceria dos órgãos militares com a escola pública.

Questão	Gestores	Professores	Pais
Como você vê o processo de parceria dos órgãos militares com a escola pública?	<p>“Com um olhar positivo quanto ao processo de proteção, redução da violência e problemas com drogas bem como parte integradora da educação formal, cívica e patriótica”.</p> <p>“Muito positivo”</p> <p>“Em algumas situações escolares é necessária, no que diz respeito à redução da violência e indisciplina.”</p> <p>“De bastante proveito, uma vez que seja um processo contínuo de uma forma que leve os alunos passar pelo processo de mudança no ambiente social, emocional e afetivo”.</p> <p>“Vejo com bons olhos. Percebo que há uma dificuldade nos estudantes de hoje terem limites”.</p>	<p>“Vejo como bons resultados para melhorar a indisciplina escolar e o melhor resultado do interesse dos alunos nós estudos”.</p> <p>“Aceitável na medida do possível”.</p> <p>“Acredito que seja essencial. E seria pertinente que essa parceria acontecesse amplamente”.</p> <p>“Que pode ser de grande ajuda na formação e para disciplinar os estudantes, mas com certos limites”.</p> <p>“Como algo que tem a somar na questão disciplinar”.</p> <p>“Sendo a atuação restrita a garantia de segurança de toda comunidade escolar”.</p>	<p>“Algo muito bom”.</p> <p>“De grande utilidade”.</p> <p>“Vejo de uma maneira saudável, e eficaz no combate à violência e outras coisas mais”.</p> <p>“Uma possibilidade para resgatar a disciplina nas escolas públicas”.</p>

**Fonte:** Própria do Autor.

Estudo realizado com 21 pais, 13 gestores e 30 professores de duas escolas públicas da rede estadual e municipal da Região Metropolitana do Recife/PE.

Fonte: Própria do Autor.

No quadro 2, buscou-se investigar como os gestores, professores e pais percebiam o processo de parceria dos órgãos militares com a escola pública. Constatou-se que os participantes entrevistados encaram a parceria praticamente com total positividade e credibilidade, sobretudo, quando se trata da segurança da comunidade escolar, indisciplina, combate às drogas e redução da violência.

Estudos de Guimarães (2017, p. 11) destacam que a parceria dos órgãos militares:

[...] vêm se apresentando como a solução para a problemática da violência escolar e por conta disso vêm seduzindo parte da sociedade civil, as propostas oficiais de melhora

substancial do rendimento (...) através da diminuição do número de reprovações e da introdução da disciplina militar com princípios norteados pela hierarquia e disciplina chamam a atenção de uma parte da população, que anseia por uma educação de qualidade e que seus filhos (as) estejam seguros (as) na escola (GUIMARÃES 2017, p. 11).

Desse modo, percebe-se o quanto é importante essa parceria dos órgãos militares com a escola pública para uma educação compartilhada, pautada no modelo organizacional, nos valores morais, éticos, cívicos, patrióticos e familiares. Desta feita, é notório que a ação vai ser benefi-

cente, tanto no ambiente escolar como social e familiar. Portanto, o modelo educacional cívico-militar apresenta:

[...] uma proposta escolar com características diferenciadas em metodologia, valores, finalidades, normas, organização e funcionamento. Esse contexto distinto é fruto de normativas governamentais (estaduais) que fixam um sistema de gestão compartilhada entre duas secretarias, quais sejam, a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública, especificamente a Polícia Militar (PM). Assim, por meio de Termos de Cooperação Técnica, que regulamentam a gestão e funcionamento dos CPM, há o compartilhamento das atividades pedagógicas, administrativas, fi-

nanceiras e patrimoniais entre as referidas secretarias. Essa parceria integra às instituições não apenas o termo ‘militar’, mas também atividades, valores e normas, um rol de elementos próprios de instituições militares e, inclusive, Agentes Militares, que atuam profissionalmente tanto na docência quanto administrativamente (SANTOS e VIEIRA, 2019, p. 726).

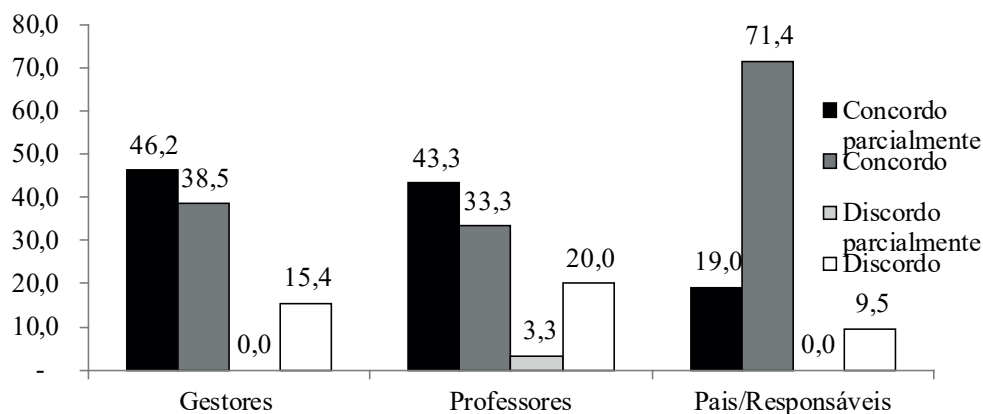
Dessa forma, a parceria dos órgãos militares com as escolas representa uma inter-relação com a comunidade, propagando uma política de valores, normas e conduta, perante o ambiente escolar, social e familiar.

Nessa mesma de linha de compreensão, percebe-se no gráfico 1, quando se avaliou o

grau de concordância dos gestores, professores e pais sobre se o modelo educacional cívico-militar contribui para a melhoria do comportamento dos alunos no ambiente familiar, escolar e social, os resultados deste estu-

do evidenciaram que, em maior ou menor grau de concordância, 84,7% dos gestores, 76,6% dos professores e 90,4% dos pais concordam, havendo diferença estatística significativa ( $p=0,053$ ).

**Gráfico 1.** Grau de concordância sobre se o modelo cívico-militar contribui para a melhoria do comportamento de alunos no ambiente familiar, escolar e social.



**Fonte:** Própria do Autor.

Estudo realizado com 21 pais, 13 gestores e 30 professores de duas escolas públicas da rede estadual e municipal da Região Metropolitana do Recife/PE. Estatística: Dados representados em percentual no teste qui-quadrado,  $p=0,053$ .

Corroborando com os resultados do gráfico 1 e do quadro 1, um estudo realizado pelo Instituto Checon em 2009 aponta que “85% dos entrevistados gostariam de matricular seus fi-

lhos em escolas cívico-militares” (BRASIL, 2019, online). Isso demonstra que, na visão dos mais interessados na qualidade da formação de seus filhos, ou seja, os pais, o modelo educacional do

Ecim apresenta resultados efetivos que contribuem para a promoção da segurança, disciplina, respeito, ensino, direitos humanos, valores cívicos e éticos, além do preparo para a vida escolar, familiar e social.

No gráfico 2, ao questionar os gestores, professores e pais sobre se a parceria dos órgãos militares com a escola pública contribui para melhoria da qualidade da educação básica com ênfase no acesso, na permanência e na aprendizagem, foi possível constatar que, em maior ou menor grau de concordância, 90,5% dos pais e 53,9 % dos gestores concordam com a parceria

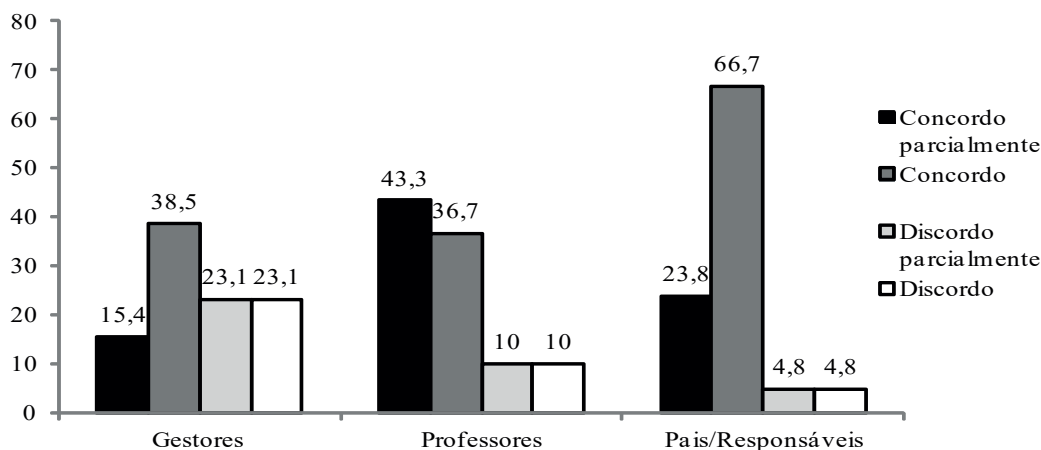
dos órgãos militares com a escola pública, havendo diferença estatística significativa ( $p=0,036$ ).

Embora, na percepção dos professores, nenhuma das concordâncias (Concordo parcialmente, concordo, discordo parcialmente e discordo) tenha apresentado diferença estatística significativa entre os valores esperados e os valores observados, os maiores percentuais estão concentrados nos graus de concordância “concordo parcialmente” (43,3%) e “concordo” (36,7%), totalizando em maior e menor grau um percentual de 80% concordância.

**Gráfico 2.** Grau de concordância sobre se a parceria dos órgãos militares com a escola pública contribui para melhoria da qualidade da educação básica com ênfase no acesso, na permanência e na aprendizagem.







**Fonte:** Própria do Autor.

Estudo realizado com 21 pais, 13 gestores e 30 professores de duas escolas públicas da rede estadual e municipal da Região Metropolitana do Recife/PE. Estatística: Dados representados em percentual no teste qui-quadrado,  $p=0,036$ .

Os dados demonstram que o modelo educacional cívico-militar pode contribuir, sim, com propostas sistematizadas, criando meios de combater a indisciplina, baixa qualidade do ensino e da aprendizagem, a violência e a evasão escolar, com a perspectiva do programa, da escola e parceria, capazes de minimizar tais problemas (SILVA-FILHO e ARAÚJO, 2017).

Neste contexto, entende-se que essas estratégias visam

garantir o acesso, que por sua vez, não está presente apenas na garantia da vaga, mas também a uma escola que se apresente como uma fonte motivadora, atrativa, segura e que proporcione metodologias eficazes, avaliação de qualidade, um processo de ensino e aprendizagem dinâmico (estruturado), profissionais competentes e qualificados. O resultado se refletirá na vontade e interesse de permanência do aluno na escola, tendo em vista

o crescimento qualitativo de seu conhecimento e de sua formação e preparação para o mercado de trabalho e para vida. Assim, tende-se a garantir a permanência do aluno na escola com uma maior adesão consciente. Ou seja, o modelo educacional cívico-militar, de uma ponta à outra do percurso de ensino aprendizagem, se propõe a receber o indivíduo na fase inicial de sua formação de entregá-lo em condições de ser um agente produtivo e transformador para a sociedade.

Desse modo, nota-se que o clima acadêmico contribui de forma impactante na qualidade da educação básica no que diz respeito ao desempenho do aluno, acesso e permanência (SOARES et al., 2015).

## CONCLUSÃO

Este trabalho é fruto de

uma análise da percepção docente, gestora e familiar sobre a contribuição do modelo educacional cívico-militar para a melhoria da qualidade da educação básica, com ênfase no acesso, na permanência e na aprendizagem, realizada em duas escolas públicas da Região Metropolitana do Recife, Pernambuco. Partindo do ponto de vista complexo das questões discutidas, tratadas e, sobretudo, dos dados analisados no universo deste estudo, foi possível formular uma síntese conclusiva, apresentando um conjunto de conclusões na tentativa de mostrar a dimensão do olhar sobre a percepção docente, gestora e familiar acerca qualidade da educação básica em escolas públicas e a concepção do modelo educacional cívico-militar na visão desses atores frente aos problemas identificados por eles.

Constatou-se neste estudo que

grande parte dos professores e gestores compreende a diferença entre o modelo da escola militar e cívico-militar. Evidenciou-se que o modelo cívico-militar contribui para a melhoria do comportamento de alunos no ambiente familiar, escolar e social, significativamente. Constatou-se também a relevância da parceria dos órgãos militares com a escola pública para melhoraria da qualidade da educação básica com ênfase no acesso, na permanência e na aprendizagem, significativamente.

O estudo apontou que o Ecim contribui para a prevenção da violência no ambiente escolar e melhoria do rendimento escolar, significativamente. Assim como contribui para um bom desempenho escolar. Destacou que o modelo educacional cívico-militar pode promover valores morais, cívicos e patrióticos da so-

cidade, significativamente, bem como pode melhorar o desempenho dos alunos da escola pública nas avaliações externas de largar escala.

Os resultados encontrados ratificam as hipóteses levantadas neste estudo, tais como: a parceria de órgãos militares com a escola pública pode contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica, com ênfase no acesso, na permanência e na aprendizagem; o modelo educacional cívico-militar pode contribuir para a redução de violência e valorização do professor em escolas públicas; o modelo educacional cívico-militar pode contribuir para aumentar o interesse e foco do aluno nas atividades escolares.

Vale salientar que há poucos trabalhos na literatura abordando problemáticas ligadas ao modelo educacional de escola

cívico-militar, o que pode abrir um leque para novas investigações, a partir da exploração deste trabalho que objetiva contribuir na vida profissional, social e acadêmica. O interesse é ampliar o universo do conhecimento acerca da escola baseada no modelo cívico-militar e propagar suas contribuições para a formação cidadã de sujeitos educados que valorizam a disciplina, os valores éticos e morais, e o respeito às instituições; atributos esses em escassez na atual conjuntura sociopolítica manifestada nas ações dos Poderes da República.

O estudo demonstrou claramente, pelos resultados encontrados, que o modelo educacional de escola cívico-militar possibilita o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem, garantindo um desenvolvimento permanente e eficaz na perspectiva de uma educação de qualida-

de.

Devido ao fato desta pesquisa ter sido, quanto aos objetivos, exploratória, não se pode generalizar estes resultados. Contudo, é extremamente importante e relevante a realização de novas pesquisas com um número maior de sujeitos (professores, pais, gestores, funcionários e alunos) e acrescentar a interferência de outras variáveis, tais como: o processo de avaliação, interação, evasão, metodologias de ensino, planejamento, gestão, entre outros aspectos que compete à área, visando o enriquecimento da comunidade acadêmica e civil com novos conhecimentos científicos. O estudo realizado é apenas uma amostra da necessidade de melhor compreender como anda a qualidade da educação básica das escolas públicas e sugere como melhoria a implantação do Ecim.

20/01/ 2020.

## Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019d. Disponível no site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/Decreto/D10195.htm#art8](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D10195.htm#art8). Acesso em: 20/01/2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Entenda as diferenças entre os modelos de escolas cívico-militares propostos pelo MEC. 2019f. Disponível no site: <http://portal.mec.gov.br/compos.t/content/article/211-noticias/218175739/81851-entenda-as-diferencas-entre-os-modelos-de-escolas-civico-militares-propostos-pe-lo-mec?Itemid=164>. Acesso em

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Governo federal lança programa para a implantação de escolas cívico-militares. 2019b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/79931-governo-federal-lanca-programa-para-a-implantacao-de-escolas-civico-militares>; Acesso em 20/01/2020.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível no site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 05/03/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 9465, de 2 de janeiro de 2019c. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286).

Acesso em 20/01/ 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019a. Disponível no site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm). Acesso em 20/01/ 2020.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 1990.

\_\_\_\_\_. Manual das escolas cívico-miliares. 2020c. Disponível no site: [http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/837270/RESPOSTA\\_PEDIDO\\_ECIM\\_Final](http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/837270/RESPOSTA_PEDIDO_ECIM_Final).

pdf. Acesso em: 22/03/ 2020.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Texto & Contexto-Enfermagem, v. 15, p. 679-684, 2006.

CAMPOREZ, Patrik. Número de escolas públicas “militarizadas” no país cresce sob o pretexto de enquadrar os alunos. Revista Época, v. 23, 2018.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Regimento Interno dos Colégios Militares. 2011. Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial. Disponível no site: [http://www.esfcex.eb.mil.br/images/menu\\_cms/secretaria\\_ca/legislacao/regulamento\\_interno\\_dos\\_colegios\\_militares\\_RICM.pdf](http://www.esfcex.eb.mil.br/images/menu_cms/secretaria_ca/legislacao/regulamento_interno_dos_colegios_militares_RICM.pdf). Acessado em 01/02/ 2020.



- GUIMARÃES, Paula Cristina Pereira. Os novos modelos de gestão militarizadas das escolas estaduais de Goiás. XXIX Simpósio de História Nacional. Brasília, 2017.
- IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2016.
- LEAL, Fabiana Maria. Por Trás dos Portões: a disciplina no colégio militar de Curitiba (1959-1964). (Monografia). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2009.
- MACHADO, N. J. Educação: Projetos e Valores. 6. ed. São Paulo: Escrituras, 2006.
- MENDONÇA, Renata. Goiás aposta em ‘militarização’ de escolas para vencer violência. BBC Brasil, v. 26, 2014.
- PUREZA, Diego Luiz Victório. A viabilidade jurídica para a militarização de escolas públicas. Revista Âmbito Jurídico, n. 168, 21, 2018.
- RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. Paidéia (Ribeirão Preto), n. 4, p. 15-30, 1993.
- RÊSES, Erlando da Silva; DE PAULO, Weslei Garcia. A posição de docentes da educação básica acerca da militarização de escolas públicas em Goiás. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periodico científico editado pela ANPAE, v. 35, n. 3, p. 700, 2019.
- SANTOS, Amilton Gonçalves;

VIEIRA, Josenilton Nunes. Colégio da polícia militar Alfredo Vianna: características de uma cultura escolar-militar. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 35, n. 3, p. 725, 2019.

SILVA-FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. Educação por escrito, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017.

SOARES, Tufi Machado; FERNANDES, Neimar da Silva; NÓBREGA, Mariana Calife; NICOLELLA, Alexandre C. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. Educação e Pesquisa, v. 41, n. 3, p. 757-772, 2015.